

**PROCESSO DE
(RE)ELABORAÇÃO
CURRICULAR E
SEUS DESAFIOS**

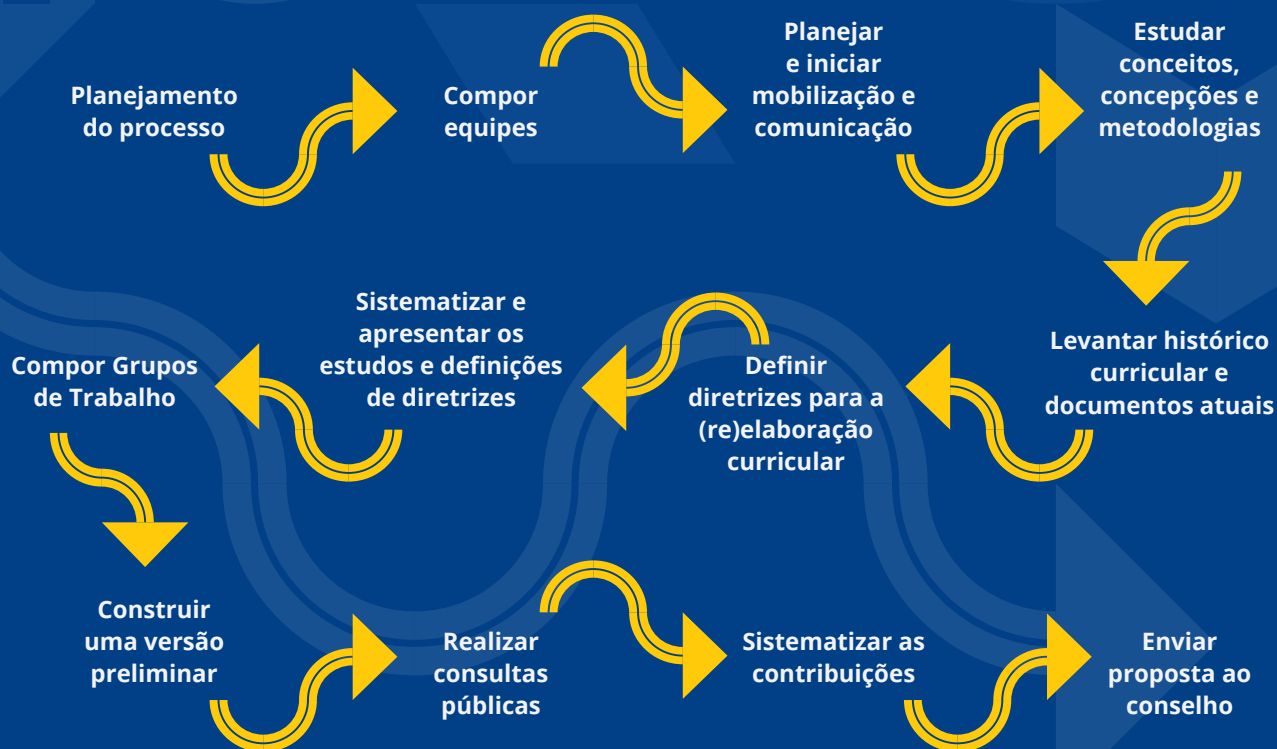
▶ INTRODUÇÃO

O objetivo deste levantamento foi identificar desafios de processos de (re)elaboração curricular de redes estaduais e municipais à luz do que é proposto pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

Para tanto, foram realizadas entrevistas com profissionais da educação de diferentes regiões do Brasil, todos envolvidos com processos de (re)elaboração e implementação curricular. Foram 21 entrevistados: 11 técnicos de secretarias com experiência em (re)elaboração ou implementação curricular, oito especialistas em currículo e dois gestores escolares (consultar o Anexo A para mais detalhes).

▶ ETAPAS, AÇÕES E DESAFIOS

Embora existam diversos modelos de processos de (re)elaboração curricular, este documento tem como referência o Guia de Implementação da BNCC, mapeando os desafios correspondentes a algumas de suas etapas centrais:



1. Planejar o processo

Desafios: conciliar a (re)elaboração curricular com outras tarefas e atividades da rede; caso haja uma equipe de consultoria ou especialistas apoiando o processo, deixar claro seu papel e escopo de atuação.

2. Compor equipes

Desafios: selecionar pessoas com as competências necessárias para coordenar um processo de (re)elaboração curricular, de modo a envolver uma pluralidade de atores e gerar um produto final de qualidade. Formar um grupo com representatividade e legitimidade para tomar decisões estratégicas no processo (posicionamentos teóricos, formato, entre outras); em estados que construirão documentos curriculares em regime de colaboração, constituir equipes compostas por representantes tanto do estado quanto dos municípios.

3. Planejar e iniciar mobilização e comunicação

Desafios: definir responsáveis que conseguirão realizar as ações definidas no planejamento. Comunicar de forma efetiva com os diversos atores, definindo mensagens-chave para cada público e estratégias de como alcançá-los. Mobilizar a imprensa para disseminar informações sobre a importância do processo, sua evolução e oportunidades de participação. Criar canais de comunicação entre a secretaria estadual e as municipais, bem como entre as secretarias e escolas, via regionais, para que haja um fluxo frequente de informações de boa qualidade e alinhadas entre si ao longo de todo o processo. Possibilitar que o fluxo de informações não seja apenas unidirecional, incluindo também meios para serem captadas sugestões, boas práticas e preocupações das escolas para as secretarias e das secretarias municipais para as estaduais. Comunicar pais e alunos sobre os momentos em que poderão contribuir para o processo e quais mudanças serão promovidas na formação dos estudantes a partir do novo documento curricular.

4. Estudar conceitos, concepções e metodologias

Desafios: selecionar e analisar referências que sejam úteis à (re)elaboração curricular.

5. Levantar histórico curricular do estado e documentos atuais

Desafios: analisar o alinhamento entre documentos curriculares com relação à BNCC, indicando semelhanças e diferenças.

6. Definir diretrizes para a (re)elaboração curricular

Desafios: chegar a consensos sobre quais serão os princípios norteadores do currículo; definir diretrizes que considerem tanto as mudanças necessárias à luz da BNCC quanto o histórico das redes e expectativas da sociedade (especialmente a comunidade escolar) com relação ao que será ensinado e aprendido nas escolas. Tais expectativas podem ser captadas por meio de consultas iniciais.

7. Sistematizar e apresentar os estudos e definições de diretrizes

Desafios: Definir quais mensagens associadas aos estudos e diretrizes serão comunicadas, de que forma, em que momentos e para quais atores. Selecionar convidados para as reuniões desta etapa do processo. Definir como as contribuições recebidas sobre as diretrizes serão utilizadas para ajustá-las.

8. Compor Grupos de Trabalho (GTs)

Desafios: reunir competências técnicas em cada uma das áreas de conhecimento ou componentes curriculares, além de favorecer interdisciplinaridade, transversalidade e articulação entre etapas de ensino. Garantir representatividade nos GTs, incluindo representantes de redes estaduais, municipais e de escolas privadas. Promover trocas entre grupos de trabalho para favorecer a transição entre etapas da Educação Básica e integração entre diferentes áreas ou componentes curriculares. Em estados que construirão documentos curriculares em regime de colaboração, constituir GTs compostos por representantes tanto do estado quanto dos municípios com isonomia na tomada de decisão.

9. Construir uma versão preliminar

Desafios: garantir que a estrutura e a proposta estejam claras, bem como tenham unidade nos conceitos utilizados e na concepção de aprendizagem; contemplar a realidade local; assegurar diálogo com outros documentos pertinentes (diretrizes nacionais, BNCC, currículo estadual); integrar competências gerais, bem como competências específicas das áreas ou componentes curriculares, às habilidades/direitos de aprendizagem/objetivos de aprendizagem. Alinhamento de formato entre os diferentes GTs.

10. Realizar consultas públicas

Desafios: garantir que os diversos atores da sociedade e os educadores conheçam que as novas orientações que estão sendo construídas, tenham acesso a elas e possam dar sugestões de melhoria. Realizar ampla divulgação das consultas à sociedade, que alcance de forma efetiva os diversos atores.

11. Sistematizar as contribuições para a proposta curricular

Desafios: selecionar os aportes que de fato contribuem para a qualidade do documento e incorporá-los ao texto; realizar alterações de modo que se perceba que as contribuições foram levadas em consideração e dar retorno à sociedade quanto às revisões realizadas.

12. Enviar a proposta curricular aos conselhos de educação

Desafios: manter abertura para aprimoramento a partir de sugestões dos conselhos de educação, mas sem descaracterizar a proposta original (que idealmente já terá sido resultado de um processo de discussão democrático na rede).

DESAFIOS GERAIS

Há diversos aspectos que merecem atenção nos processos de (re)elaboração e implementação curricular. Considerá-los no planejamento e execução da (re)elaboração curricular pode contribuir para que riscos sejam mitigados e oportunidades sejam aproveitadas

1. Facilitar a concretização do currículo na prática do professor

Será necessário estruturar a rede para a formação continuada dos educadores a fim de que conheçam o currículo e o utilizem no planejamento das aulas. Alguns entrevistados apontaram ser importante que o próprio documento curricular ou documentos complementares, como documentos orientadores, deem subsídios para professores conseguirem assegurar as aprendizagens dos alunos. Há currículos ou documentos complementares a eles com sugestões de atividades que ajudam a concretizar as orientações curriculares, além de recomendações sobre como acompanhar a aprendizagem dos alunos e otimizar o uso do tempo na rotina das aulas.

2. Incorporar as 10 competências gerais da BNCC

Para garantir o desenvolvimento integral dos estudantes -- em suas dimensões cognitiva, social, emocional, cultural e física -- é necessário (re)elaborar um currículo que aborde as competências gerais de forma que professores consigam trabalhá-las no contexto da sala de aula. Para isso, a integração entre as competências gerais e as aprendizagens específicas de cada área ou componente curricular é essencial.

3. Garantir planejamento efetivo do processo de (re)elaboração curricular

A falta de clareza sobre a estruturação da (re)elaboração curricular pode prejudicar sua qualidade ou velocidade. Para se ter uma visão sistêmica do trabalho, é preciso planejar as ações e recursos necessários em cada fase, o tempo de duração de cada uma delas e como se dará a integração entre elas.

4. Mobilizar conhecimento técnico específico para redação, revisão e avaliação do documento

É importante ter pessoas com conhecimento técnico específico em currículo participando do processo. Se for necessário complementar a própria equipe da rede, pode-se recorrer a especialistas externos. Estes poderão apoiar na realização de diagnósticos, compartilhar conceitos e avaliar a qualidade do currículo.

5. Disponibilizar recursos

A falta de recursos financeiros e humanos foi apontada como prejudicial ao processo de (re)elaboração e, principalmente, implementação curricular. É preciso investir em formação qualificada para educadores e gestores. A atuação de estados e municípios em regime de colaboração pode ajudar a reduzir custos e potencializar a capacidade técnica das redes, inclusive considerando recursos a serem disponibilizados via o Programa de

Apoio à Implementação. Para lidar com a restrição de tempo dos professores, é preciso buscar alternativas que não coincidam com as horas dedicadas aos alunos em sala de aula. Uma alternativa possível é que as reuniões ocorram aos finais de semana, com remuneração de horas adicionais.

6. Garantir as aprendizagens de forma contextualizada

Os currículos estaduais ou municipais devem contextualizar as aprendizagens, dialogando, quando possível, com as diversas realidades regionais ou locais. As características socioambientais, culturais e econômicas de cada localidade devem ser contempladas no currículo para que os estudantes atribuam sentido ao que estão aprendendo e compreendam a relação entre o local e o global. Esta discussão precisa ser garantida nos espaços de formação continuada dos professores e no apoio ao planejamento das aulas, de modo a desenvolver práticas que assegurem tal contextualização.

7. Envolver os diversos atores no processo

Para que o currículo reflita a realidade local e tenha legitimidade, é fundamental que professores, gestores escolares, alunos e seus familiares participem do processo de (re)elaboração curricular. Isso pode ocorrer por meio de canais online e encontros presenciais, antes e durante a elaboração do documento, e em momentos de consulta pública após a elaboração de versões iniciais. No caso dos estados, destaca-se a importância da participação de educadores das redes municipais desde o início do processo, para que todos se sintam parte da construção do currículo do estadual.

8. Analisar a qualidade dos currículos criteriosamente

Ainda que os documentos tenham especificidades e sejam (re)elaborados a partir daquilo que se espera que os alunos aprendam, é importante analisá-los a partir de alguns critérios essenciais:

- *Clareza e objetividade: a linguagem e o formato do documento contribuem para sua compreensão.*
- *Rigor: o currículo estabelece altas expectativas de aprendizagem, com grau adequado à faixa etária.*
- *Progressão: complexidade das habilidades a serem desenvolvidas aumenta ao longo dos anos. As aprendizagens em um determinado ano são antecedidas por outras em anos anteriores que os preparam os estudantes para que consigam desenvolver aprendizagens cada vez mais complexas.*
- *Coerência: há alinhamento entre as aprendizagens gerais a serem desenvolvidas ao longo da educação básica, definidas nos textos introdutórios, e as específicas das áreas do conhecimento ou componentes curriculares.*
- *Currículo apresenta pressupostos teóricos claros e coerentes que respaldam metodologia de ensino.*

Ter clareza desses critérios ajuda na (re)elaboração de bons currículos e contribui para que, nas consultas sobre a melhoria do documento, sejam feitas sugestões mais qualificadas.

ANEXO A - PESSOAS ENTREVISTADAS

Técnicos (as) de secretarias estaduais

1. Herbert Gomes (*Secretaria Estadual de São Paulo*)
2. Inácio de Araújo Machado (*Secretaria Estadual de Goiás*)
3. Nazaré Vilhena (*Secretaria Estadual do Pará*)
4. Ricardo Martins (*Secretaria Estadual de Alagoas*)

Técnicos (as) de secretarias municipais

1. Ângela Gonçalves (*Secretaria Municipal de Franca - SP*)
2. Edna Lucia de Carvalho (*Secretaria Municipal de Sobral - CE*)
3. Juarês Assunção Silva Alves (*Secretaria Municipal de Santa Luzia - MA*)
4. Renato Moreira Silva (*Secretaria Municipal de Miranda do Norte - MA*)
5. Wagner Palanch (*Secretaria Municipal de São Paulo - SP*)
6. Zenaide Cobucci (*Secretaria Municipal de São Paulo - SP*)

Especialistas

1. Iasmin da Costa Marinho (*Faculdade de Educação da USP*)
2. Katia Smole (*Diretora do Mathema*)
3. Lino de Macedo (*psicólogo especialista em educação infantil*)
4. Marcos Rogério Tofoli (*assessorou diversas redes municipais na avaliação de documentos curriculares*)
5. Raph Gomes (*coordenou processo de elaboração curricular de Goiás*)
6. Rosaura Soligo (*coordenadora do Instituto Abaporu*)
7. Tereza Perez (*Diretora da Comunidade Educativa CEDAC*)
8. Vanda Mendes Ribeiro (*Faculdade de Educação da USP*)

Diretores (as)

1. Cynthia Alves (*EPG Pixinguinha, em Guarulhos - SP*)
2. Rosângela Maria do Carmo (*E.E. Joaquim Edson de Camargo, em Goiânia - GO*)

